

## 4 Nomes próprios: referência directa e a teoria histórico-causal

### Sinopse

Num argumento complementar contra as teorias descritivistas dos nomes próprios, Kripke apelou à noção de “mundo possível” ou universo alternativo ao nosso. Uma descrição definida do género de Russell muda o seu referente de mundo para mundo; apesar de “a mulher mais rápida em 1998” referir efectivamente Marion Jones, designa indivíduos diferentes noutros mundos, dado que Jones poderia ter sido mais lenta (ou poderia não ter existido) e outras mulheres poderiam ter sido melhores atletas. Mas, tipicamente, um nome como “Marion Jones” refere o mesmo indivíduo em todos os mundos nos quais tal indivíduo existe.

Alguns teorizadores defendem que os nomes são *directamente* referenciais, pois um nome não dá qualquer contribuição para o significado de uma frase na qual ocorre excepto o seu portador ou referente. À luz das críticas de Kripke contra as teorias descritivistas, esta perspectiva é muito plausível. Mas os quatro quebra-cabeças voltam e assombram-na. De modo que ficamos com algo como um paradoxo.

Uma questão independente é: um nome próprio designa o seu portador em virtude do quê? Kripke ofereceu uma imagem histórico-causal da referência, segundo a qual um dado uso de “Marion Jones” refere Marion Jones em virtude de uma cadeia causal que liga essa ocorrência de elocução à cerimónia na qual se deu a Jones esse nome pela primeira vez. Mas, à luz de alguns exemplos que claramente não cabem nesse modelo, são necessários apuramentos consideráveis para transformar essa imagem numa teoria adequada do acto de referir.

Kripke, e Hilary Putnam, alargaram a perspectiva histórico-causal para abranger termos para categorias naturais, como “água,” “ouro” e “tigre,” e não apenas nomes próprios. Se aceitarmos que esta jogada está basicamente correcta, tem uma consequência inesperada: os famosos exemplos da “Terra Gémea” de Putnam parecem mostrar que o significado de tal termo não é determinado apenas pelo que está nas cabeças de quem fala e ouve; o estado do mundo exterior dá também uma contribuição. Assim, duas pessoas poderiam ser cópias um do outro, molécula a molécula, e no entanto as suas palavras terem diferentes significados.

## Mundos possíveis

Vou agora estabelecer a maquinaria necessária para formular a crítica fundamental de Kripke às teorias descritivistas dos nomes próprios. Começo com a noção de um “mundo possível.” (Remonta pelo menos a Leibniz, apesar de ter sido incorporada na lógica filosófica apenas no séc. XX.) Considere-se o mundo em que vivemos — não apenas o planeta Terra, mas todo o universo. O nosso discurso sobre coisas no nosso universo é sobre o que efectivamente existe, que coisas realmente há: Gordon Brown, o primeiro-ministro britânico, o meu cotovelo esquerdo, Bolívia, a sanduíche no seu prato, a galáxia da Andrómeda, e assim por diante, mas excluindo Hamlet, o Coelhoinho da Páscoa, a Grande Montanha de Ouro ou o almoço gratuito. E o que é verdadeiro neste universo é claro que é efectivamente verdadeiro. Mas há coisas que são de facto falsas e, no entanto, poderiam ter sido verdadeiras. As coisas poderiam ter sido diferentes; o mundo poderia ser diferente do que é. Outra pessoa que não Brown poderia ter sido o sucessor de Tony Blair como primeiro-ministro, eu poderia ter-me casado com outra pessoa (o que teria sido um erro), e sei que poderia ter acabado de escrever este livro mais depressa se me tivessem dado uma secretária particular e um séquito de criados, incluindo um cozinheiro pessoal e um par de assassinos contratados.

Assim, há várias maneiras de ser do mundo. Ou seja, fantasiosamente, há *mundos alternativos*. Mundos diferentes, mundos que poderiam ter sido nossos, mas que são apenas possíveis e não efectivos. Pense-se numa sequência de universos possíveis, correspondendo às infinitas maneiras diferentes como as coisas, falando muito em geral, poderiam ter sido. Todos estes mundos possíveis representam possibilidades gerais inefectivas.

Ora (obviamente) a verdade de uma frase — mesmo que mantenhamos fixo o seu significado — depende do mundo que estamos a considerar. “Brown é primeiro-ministro” é verdadeiro no mundo efectivo, mas dado que Brown não tinha de ter sido primeiro-ministro, há inúmeros mundos nos quais “Brown é primeiro-ministro” é falsa: nesses mundos, Brown não foi o sucessor de Tony Blair, ou nunca se dedicou à política, ou até nunca existiu. E em alguns outros mundos, outra pessoa é primeiro-ministro — David Cameron, P. F. Strawson, eu, Madonna ou o Daffy Duck. Noutros ainda, não há sequer o caro de primeiro-ministro, ou nem existe o Reino Unido; e assim por diante. Assim, uma dada frase ou proposição varia o seu valor de verdade de mundo para mundo.

(Por agora, tomemos este discurso sobre “mundos alternativos” intuitivamente, como metáfora ou imagem, uma heurística para ver o que Kripke tem em mente. Considerado como metafísica séria, este discurso levanta muitas questões controversas,<sup>1</sup> mas

<sup>1</sup> Veja-se Lewis (1986) e Lycan (1994).

podemos ter a esperança de que tais questões não afectarão muito o uso que Kripke faz da imagem dos mundos possíveis para os seus propósitos na filosofia da linguagem.)

Tal como as frases mudam os seus valores de verdade de mundo para mundo, um dado termo singular pode variar de referente de mundo para mundo: no nosso mundo efectivo, em (finais) de 2007, “O presente primeiro-ministro britânico” designa Gordon Brown. Mas, como antes, Brown poderia não ter sido bem-sucedido, ou poderia até não ter entrado na política, ou poderia nem ter existido. Assim, em alguns outros mundos, a mesma descrição, com o mesmo significado que tem no nosso mundo, designa outra pessoa (Cameron, Strawson,...), ou ninguém – dado que em alguns outros mundos possíveis os conservadores ganharam as eleições, e em alguns não houve eleições, e assim por diante. É por isto que o referente das descrições muda de mundo para mundo.

Chamemos a tal termo singular, um termo que designa diferentes coisas em mundos diferentes, um designador *flácido*. Contrasta especificamente com o que Kripke chama um designador *rígido*: um termo que não é flácido, que não muda o seu referente de mundo para mundo, denotando o mesmo item em todos os mundos (ou pelo menos em todos os mundos em que esse item existe.<sup>2</sup>)

## Rigidez e nomes próprios

Estamos agora em condições de formular a objecção complementar de Kripke às teorias descritivistas dos nomes próprios (1972: 74ss): uma descrição definida do género que Russell tinha em mente é flácida, como acabámos de mostrar. Contudo, os nomes próprios, afirma Kripke, não variam desse modo (usualmente) a sua referência ao longo de mundos ou situações hipotéticas. Se imaginarmos um mundo no qual Aristóteles faz tal e tal coisa, trata-se de um mundo no qual *Aristóteles* faz isso e tem algumas propriedades diferentes das que tem aqui no mundo real. O nosso nome “Aristóteles” denota-o aí, e não outra pessoa. Os nomes são nesse sentido (normalmente) designadores rígidos, mantendo o mesmo referente de mundo para mundo, ao passo que as descrições russellianas são flácidas.

<sup>2</sup> Esta restrição é importante. Se um termo designasse o mesmo item em todos os mundos possíveis sem excepção, isso significaria que o item existiria em todos os mundos possíveis, e isso por sua vez significaria que o item não poderia não ter existido. Nenhuma coisa ou pessoa comum tem esse tipo de inevitabilidade. Apesar de o leitor, eu e a ponte de Brooklyn existirmos realmente, poderíamos não ter existido, e assim há mundos nos quais não existimos. Que género de item existe em todos os mundos possíveis? Deus, talvez. Kripke está inclinado a pensar que *os números* – pelo menos os números naturais, 0, 1, 2,... – existem em todos os mundos possíveis. Nesse caso, os numerais que os referem presumivelmente designam as mesmas coisas em todos os mundos possíveis, sem excepção. Mas esse dificilmente é o caso normal.

Assim, os nomes não são equivalentes a descrições russellianas. (Claro que se uma descrição for usada referencialmente no sentido de Donnellan, pode tornar-se rígida.)

As restrições parentéticas anteriores (“usualmente,” “normalmente”) são importantes. Kripke não sustenta qualquer tese universal estrita sobre nomes próprios. Está apenas a generalizar quanto a usos normais de nomes próprios comuns, dizendo apenas que, na sua maior parte, tais nomes são usados rigidamente. De modo que não é refutável encontrando nomes flácidos pouco usuais, que certamente existem: ocasionalmente, oferece-se uma descrição para fixar convencionalmente o significado e não apenas para identificar o referente de um nome próprio aparente. “Jack, o estripador” é um exemplo. E em escritos populares sobre a Scotland Yard ou sobre a cultura detectivesca britânica dos anos cinquenta do séc. XX, por exemplo, o nome “Chummy” era usado como sinónimo de “o culpado”; significava, atributiva ou flacidamente, apenas “seja quem for que cometeu o crime.” Na verdade, provavelmente qualquer nome próprio tem usos flácidos ocasionais. Frege (1892<sup>a</sup>) oferece um exemplo famoso: “Trieste não é uma Viena,” em que “Viena” não funciona como o nome de uma cidade, mas como uma abreviatura de um agregado vago de propriedades culturais estimulantes que Viena tem. No mesmo espírito, numa ocasião que os eleitores norte-americanos recordam bem, o candidato vice-presidencial de 1988, Lloyd Bentsen, disse ao seu rival Dan Quayle: “Senador, você não é um Jack Kennedy.” Mas estes dificilmente são usos comuns dos nomes “Viena” e “Jack Kennedy.”<sup>3</sup>

Kripke oferece um pequeno teste adicional para dizer se um termo é rígido: experimentalmente inserir o termo no enquadramento frásico “N poderia não ter sido N.” Se no lugar de N colocarmos uma descrição como “o presidente dos EUA em 1970,” obtemos “O presidente dos EUA em 1970 poderia não ter sido o presidente dos EUA em 1970”; e esta última frase é claramente verdadeira, pelo menos na sua leitura mais natural: a pessoa que foi presidente em 1970 poderia não o ter sido então (ou em qualquer outro momento). A verdade dessa frase mostra que a descrição refere pessoas diferentes em mundos diferentes, e portanto que é flácida.

Mas se colocarmos o nome próprio “Nixon,” obtemos “Nixon poderia não ter sido Nixon,” na melhor das hipóteses uma frase muito estranha. Pode querer dizer que Nixon poderia não ter existido, que talvez seja o modo mais óbvio de Nixon não ser Nixon. Mas dada sua existência, como poderia Nixon não ser Nixon? Poderia não se ter *chamado* “Nixon,” mas isso não é o mesmo do que não ser *o próprio Nixon* (porque, é claro, Nixon não tinha de se chamar “Nixon”). Nixon poderia não ter as propriedades comumente associadas a Nixon, e assim não “ser Nixon” no sentido em que Trieste “não é Viena,” mas como vimos no capítulo anterior tais usos flácidos dos nomes não são usuais.

<sup>3</sup> Para exemplos complementares de nomes usados flacidamente, veja-se Boër (1978).

Kripke argumenta que quando se usa o nome “Nixon” para referir uma pessoa neste mundo e depois se começa a descrever cenários hipotéticos ou mundos possíveis alternativos, continuando a usar o nome, se está a falar da mesma pessoa. Assim, se perguntarmos “Poderia Nixon ter aderido ao Panteras Negras em vez de se ter tornado presidente?”, a resposta poderá ser sim ou poderá ser não, mas no cenário que se está a considerar Nixon, a própria pessoa, é membro dos Panteras Negras – não é um cenário no qual seja o que for ou quem for que era presidente dos EUA era membro dos Panteras Negras. Não se está a imaginar um mundo no qual um membro dos Panteras Negras é presidente dos EUA.

Mas... e quanto ao argumento do teste de identificação de Russell? Em resposta a “Quem tens em mente com “Lili Boulanger”/“Wilfrid Sellars”?”, prontamente se deita mão a uma descrição ou agregado de descrições. O mesmo acontece com o apelo de Searle ao ensino e aprendizagem: procedem também equacionando o nome em questão com uma descrição ou agregado. Estes factos parecem inegáveis e insuperáveis.

Em resposta, Kripke introduziu uma distinção importante. Russell e Searle presumem que, se um nome tem associado consigo uma descrição ou agregado da maneira que assinalam, então o nome tem de partilhar o significado do material descritivo (passarei a dizer apenas “descrição,” para abreviar). Mas não há justificação para este pressuposto, pois há uma relação mais fraca que a descrição poderia ter com o nome e que explica o teste de identificação e os dados pedagógicos: mesmo que a descrição não dê o significado linguístico do nome, é usada para determinar a referência do nome numa ocasião. Apesar de o nome “Lili Boulanger” não ser sinónimo de “a primeira mulher a ganhar o Prémio de Roma,” esta última descrição pode ser usada para indicar a pessoa que se está a referir quando se usa “Lili Boulanger.” E pode fazer parte de uma explicação dada a um aluno, para identificar o indivíduo ao qual o nome está conectado.

Assim, mesmo que um nome na boca de alguém num dado momento tenha uma associação psicológica firme com uma descrição particular na mente dessa pessoa, não se segue que o nome seja semanticamente equivalente à descrição. Dado tudo o que se mostrou, quando a pessoa deita mão obsequiosamente da descrição para responder ao teste da identificação, está meramente a identificar o referente do nome. Similarmente, se digo a uma criança quem é “Gordon Brown,” identificando o referente desse nome dizendo “Gordon Brown é o primeiro-ministro britânico,” não se segue que o nome “Gordon Brown” signifique meramente “o primeiro-ministro britânico.” (É claro que isto não é um argumento contra a própria tese dos nomes; apenas neutraliza o uso do teste da identificação por parte de Russell como argumento a favor da tese dos nomes.)

## Referência directa

Russell usou os quatro quebra-cabeças e (implicitamente) o seu argumento do teste de identificação para atacar a perspectiva de que os nomes próprios são millianos, a favor da

teoria descritivista. Por seu lado, Kripke atacou a teoria descritivista a favor da tese de que os nomes próprios são designadores rígidos. Mas esta tese não equivale ao millianismo, pois nem todos os designadores rígidos são nomes millianos.

Um nome milliano, recorde-se, é aquele nome que não faz qualquer contribuição proposicional excepto o seu portador ou referente. A sua única função é introduzir esse indivíduo no discurso; nada mais empresta ao significado da frase na qual ocorre. Se dizemos “Jason é gordo,” e “Jason” é um nome próprio comum, então o significado dessa frase consiste simplesmente na pessoa Jason em si concatenada com a propriedade de ser gordo.

Ser um nome milliano certamente implica ser rígido. Mas o reverso não. Apesar de Kripke citar Mill e argumentar que os nomes são rígidos, a rigidez não implica ser milliano. Pois as descrições definidas podem ser rígidas. Suponha-se que aceitamos a perspectiva prevalecente de que todas as verdades *aritméticas* são verdades necessárias. Então há descrições aritméticas, como “a raiz quadrada positiva de nove,” que são rígidas, por exemplo designam o mesmo número em todos os mundos possíveis, mas certamente que não são millianas porque para garantir a sua referência usam o seu conteúdo conceptual. Na verdade, parecem russellizar: “A raiz quadrada positiva de nove” parece significar seja qual for o número positivo que dá nove quando é multiplicado por si mesmo. Assim, essa descrição não é milliana, apesar de ser rígida, porque não introduz simplesmente o seu portador (o número três) no discurso; também caracteriza o três como algo que dá nove ao multiplicar-se por si mesmo. Assim, ao defender a rigidez dos nomes, Kripke não estabeleceu desse modo a tese mais forte. (Não tinha essa intenção; Kripke não crê que os nomes sejam millianos.)<sup>4</sup>

Contudo, outros filósofos militaram a favor da concepção milliana, que se passou a chamar teoria da referência directa dos nomes. O primeiro foi Ruth Marcus (1960, 1961),

<sup>4</sup> Kripke (1979<sup>b</sup>) volta à carga e usa uma variação do quebra-cabeças da substituíbilidade sobre as expressões referenciais para refutar a perspectiva milliana. Esse argumento também parece embaraçoso para a sua própria tese da rigidez, mas Kripke não oferece qualquer perspectiva positiva alternativa. Kaplan (1975) inventa uma palavra, “haquele” (que se pronuncia “aquele”), que toma uma descrição comum como “o homem ao canto” e fá-la denotar o seu portador rigidamente, em vez de flacidamente ou atributivamente. Assim, “haquele homem ao canto” refere, num dado mundo possível, não seja qual for o homem que nesse mundo está ao canto, mas o mesmo homem que está ao canto neste mundo. Se eu usar “haquele homem ao canto,” deve-se entender que estou simplesmente a falar daquela pessoa, e o facto de ter inserido conteúdo conceptual, aludindo a ser humano e a estar no canto, é apenas um modo de chamar a atenção para esse homem, como se eu estivesse a fixar a referência da minha própria descrição sem fixar o seu sentido. De modo que “haquele” funciona como rigidificador. Plantinga (1978) e Ackerman (1979) arregimentam uma versão diferente da ideia de rigidificação ao defender teorias positivas de acordo com as quais os nomes próprios são rígidos mas não são millianos; veja-se mais à frente.

que Kripke declara ter directamente inspirado o seu trabalho. Com base no trabalho de Marcus e Kripke desenvolveram-se outras teorias da referência directa (RD) dos nomes (por exemplo, Kaplan 1975; Salmon 1986).

Os teorizadores mais recentes alargaram a RD de modo a abranger outros termos singulares, nomeadamente pronomes pessoais e demonstrativos, como “eu,” “tu,” “ela,” “isto” e “aquilo,” além de nomes. (Um problema óbvio quando se alarga a RD as pronomes é que qualquer pessoa que fale normalmente português conhece o seu significado, saibam ou não quem tal pronome designa numa dada ocasião de uso; se encontrarmos “estou doente e não vou hoje às aulas” escrito num quadro de uma sala de aulas vazia, compreendemos a frase ainda que não saibamos quem a escreveu nem em que dia. Este problema será considerado no capítulo 11.)

Claro que a RD tem de se confrontar com os quatro quebra-cabeças. E é óbvio que o teorizador da RD não pode subscrever a solução de Russell nem coisa alguma muito parecida a isso, pois, segundo a RD, os nomes nada fazem semanticamente que não representar os seus portadores.

Consideremos primeiro o quebra-cabeças da substituíbilidade. Recorde-se a nossa frase:

- 1) O Alberto acredita que Samuel Langhorne Clemens tinha menos de um metro e meio de altura.

1 torna-se falsa quando “Mark Twain” substitui “Samuel Langhorne Clemens.” Como pode a RD explicar ou até tolerar tal facto?

Os teorizadores da RD usam uma estratégia bipartida. Há uma tese positiva e uma negativa (apesar de muitas vezes não se distinguirem explicitamente entre si). A tese positiva da RD é que os nomes em questão se substituem realmente sem alterar o valor de verdade da frase. Deste ponto de vista,

- 2) O Alberto acredita que Mark Twain tinha menos de um metro e meio de altura.

é verdadeira, e não falsa. No mínimo dos mínimos, as frases de crença têm leituras ou entendimentos transparentes, segundo as quais os nomes que estão sob o âmbito de “acredita” na verdade referem apenas o que referem.

Não pensamos naturalmente dessa maneira; 2 não nos parece verdadeira. Mas isso é porque ao ver uma frase de crença tomamos usualmente a sua oração complementar de maneira a reproduzir os modos como o seu sujeito falaria ou pensaria. Ao asserir 2, sugiro de algum modo que o Alberto aceitaria a frase “Mark Twain tinha menos de um metro e meio de altura” ou algo suficientemente próximo dessa frase. Se eu disser “O Alberto não acredita que Mark Twain tinha menos de um metro e meio de altura,” estou a sugerir que,

confrontado com a frase “Mark Twain tinha menos de um metro e meio de altura,” o Alberto diria “Não” ou “Não sei dizer.”

Mas os teorizadores da RD assinalam que tais sugestões não são sempre verdadeiras; e talvez nunca o sejam. Considere-se:

3) Colombo acreditava que a ilha do Fidel era a China.

(Exemplo atribuído ao falecido Roderick Chisholm.) Todos sabemos o que se quer dizer ao asserir 3; quem fala quer dizer que, quando Colombo avistou Cuba, pensou estar a chegar às Índias Orientais, aproximando-se directamente da China. Claro que há 450 anos, Colombo nada sabia acerca de Fidel Castro; contudo, podemos asserir 3 sem presumir que a sua oração complementar representa as coisas do modo como o próprio Colombo as representava. *Quem fala* faz esta referência a Cuba sem presumir de modo algum que Colombo se referiria a Cuba desse modo ou de qualquer outro modo paralelo ou análogo.

Ou suponha-se que você e eu estamos entre as poucas pessoas que sabem que o nosso conhecido Jacques é de facto o ladrão de jóias de má reputação que tem andado a aterrorizar os ricos de Paris, e a que a imprensa popular e os gendarmes chamam “Le Chat.” Lemos no jornal depois de um roubo particularmente arrojado mas mal sucedido que a polícia acredita “Ao fugir, Le Chat deixou cair uma mão-cheia de anchovas.”

Assim, parece inegável que há posições transparentes no interior de frases de crença, nas quais a expressão referencial se limita a referir o seu portador, sem qualquer sugestão complementar sobre o modo como o sujeito da frase de crença representaria o portador. Os termos singulares podem ser transparentes e são muitas vezes entendidos desse modo. Poderíamos até dizer:

4) Algumas pessoas duvidam que Túlio seja Túlio.

querendo dizer com isso que algumas pessoas duvidam, quanto ao homem Cícero, que ele era também Túlio. Essa será também uma interpretação minoritária de 4, mas *podemos* pelo menos ouvir 4 considerando que asseire que as pessoas duvidam, quanto a Cícero, que ele era Túlio.<sup>5</sup>

Virtualmente toda a bibliografia da RD tem sido dedicada à defesa da tese positiva, de que os nomes têm leituras millianas mesmo em contextos de crenças. Mas a tese positiva está longe de ser tudo o que o teorizador da RD precisa. Pois, apesar de podermos ficar persuadidos de que todas as frases de crença têm realmente uma leitura transparente, a maior parte das pessoas estão também convencidas de que todas as frases de crença têm

<sup>5</sup> Claro que se “Túlio” é também um nome milliano, isso seria equivalente a duvidar que a pessoa referida é essa mesma pessoa. Mas também este é um entendimento possível de 4.

também uma leitura opaca, uma leitura na qual algumas substituições transformam verdades em falsidades: *num certo sentido*, Colombo acreditava que a ilha do Fidel era a China, mas noutra sentido não acreditava em tal coisa, pela razão óbvia de que nunca ouviu falar do Fidel (e nunca ouviria). Similarmente, num certo sentido, a polícia acreditava que Jacques deixou cair as anchovas, mas noutra sentido não, e o mesmo ocorre quando as pessoas duvidam “que Túlio é Túlio.” No entanto, parece que a RD não pode permitir um só sentido no qual os contextos de crença sejam opacos. Esta é a tese negativa da RD: que os nomes não têm leituras imillianas, mesmo em contextos de crença.

O problema torna-se ainda pior: é difícil negar que as leituras opacas se ouvem mais prontamente do que as transparentes. Na verdade, isso é implicitamente concedido pelos teorizadores da RD, pois sabem que tiveram de trabalhar para nos fazer ouvir as leituras transparentes. O teorizador da RD tem de tentar explicar eliminativamente este facto, mostrando tratar-se de uma ilusão particularmente dramática. Ou seja, têm de sustentar que, de facto, as frases como 1-4 não podem literalmente ter o significado que lhe podemos atribuir e que usualmente lhe atribuímos; há alguma razão inapropriada que nos seduz, fazendo-nos ouvir essas frases opacamente. Esboçaram-se algumas explicações hipotéticas desse género, usando materiais que encontraremos no capítulo 13 (Salmon 1986; Soames 1987, 2002; Wettstein 1991; e veja-se Marcus 1981). Mas neste aspecto, na minha opinião, os teorizadores da RD não foram persuasivos; pelo menos, nenhum dos esboços produzidos até hoje me pareceu muito plausível, apesar talvez de Soames (2002) ser o mais promissor.

Como o exemplo 4 sugere, o quebra-cabeças de Frege é ainda pior para o milliano. Segundo a RD, uma frase como “Samuel Langhorne Clemens é Mark Twain” só pode significar que o referente comum, independentemente da maneira como for designado, é ele mesmo. Contudo, tal frase praticamente nunca é entendida como se tivesse esse significado. E qualquer pessoa poderia duvidar que Clemens é Twain, aparentemente sem duvidar da auto-identidade seja de quem for. Uma vez mais, o teorizador da RD tem o ónus imenso de explicar eliminativamente os nossos juízos, mostrando que são ilusórios.

Os problemas da referência aparente a inexistentes e das existenciais negativas são ainda piores, na verdade. Se o significado de um nome é simplesmente a referência ao seu portador, então o que dizer de todos aqueles nomes perfeitamente dotados de significado que não têm portadores? (Mas para tentativas intrépidas de responder a esses dois problemas, veja-se Salmon 1998; Soames 2002; Braun 2005.)

Chegámos a um dilema grave, quase um paradoxo. Por um lado, no capítulo 3 vimos razões kripkianas poderosas segundo as quais não se pode pensar que os nomes abreviam descrições flácidas, nem podem de outro modo qualquer ter sentidos ou conotações substanciais. Intuitivamente, os nomes são millianos. Contudo, porque os quebra-cabeças originais continuam tão insistentemente irritantes como antes, parece também que a DR está

perfeitamente refutada. Isto é um dilema, ou antes um trilema, porque parece além disso que só temos uma dessas três possibilidades: ou os nomes são millianos, ou abreviam descrições completamente, ou de um modo menos rígido, como defende Searle, têm algum “sentido” ou conteúdo substancial. Mas nenhuma destas perspectivas é aceitável.

Alguns teorizadores professaram encontrar vias entre as três alternativas. Como assinalámos no capítulo 3, Plantinga (1978) e Ackerman (1979) apelaram a descrições rigidificadas, como “o vencedor *efectivo* das eleições de 1968” em vez de apenas “o vencedor das eleições de 1968”; a primeira descrição é rígida porque “o vencedor *efectivo*” significa o vencedor neste (nosso) mundo, e refere essa mesma pessoa em qualquer mundo, independentemente de ter nesse mundo vencido as eleições. Deste ponto de vista, os nomes são rígidos apesar de não serem millianos. (Veja-se também Jackson 1998.) Michael Devitt (1989, 1996) ofereceu uma revisão radical da noção de sentido de Frege. Eu próprio (Lycan 1994) ofereci uma versão enfraquecida da RD, muito mais subtil, bonita e eficiente, mas seria imodesto da minha parte promovê-la aqui.<sup>6</sup>

Temos agora de fazer uma distinção crucial. Até agora, neste capítulo, falámos da *semântica dos nomes próprios*, ou seja, de teorias sobre a contribuição dos nomes para o significado das frases nas quais ocorrem. A RD, em particular, toma como óbvia a ideia de referente ou portador de um nome. Mas então a questão à parte é: algo é o referente ou portador de um nome particular em virtude do quê? A semântica deixa essa questão à análise filosófica. Uma *teoria filosófica da referência* é uma hipótese sobre que relação exactamente liga um nome ao seu referente – mais especificamente, é uma resposta à questão de saber o que é preciso para haver uma ligação referencial entre a nossa elocução de um nome e o indivíduo referido por essa elocução.

As teorias semânticas dos nomes e as explicações filosóficas da referência variam independentemente entre si. A diferença foi obscurecida por Russell e Searle,<sup>7</sup> porque davam ambos respostas muito similares às duas perguntas. Russell disse que um nome adquire o seu significado, e contribui para o significado geral da frase, abreviando uma descrição; e *também* que o que faz de algo o portador do nome é a coisa satisfazer univocamente a descrição. O mesmo ocorre com Searle e os seus aglomerados. Mas repare-se agora que, caso se defenda a teoria da RD, tal teoria nada nos diz por si mesma sobre o que vincula um nome ao seu referente. O mesmo ocorre com a tese mais fraca da rigidez de Kripke; até então, Kripke falou apenas da semântica, e a sua teoria da referência não se tornou ainda visível. É para isso que nos voltamos agora.

<sup>6</sup> Receio que mesmo a edição brochada de Lycan (1994) é cara, mas vale bem cada centavo.

<sup>7</sup> E insuficientemente enfatizada por Kripke. Foi pela primeira vez realmente levada a cabo por Devitt (1989).

## A teoria histórico-causal

Como se pode verificar, a maior parte das objecções de Kripke à tese dos nomes e à semântica descritivista em geral traduzem-se também em objecções à teoria descritivista da referência; a teoria descritivista irá prever o referente errado (pense-se no exemplo de Gödel/Schmidt na objecção 5, capítulo 3) ou nenhum referente (como quando não há qualquer descrição particular que quem fala tenha em mente (objecção 1) ou em casos indefinidos, como na objecção 6).

Kripke esboça uma ideia melhor. Começa inesquecivelmente (1972: 91): “Nasce alguém, digamos, um bebé...” (penso que podemos conceder-lhe o pressuposto de que o neonato é um bebé. Não vale a pena ser demasiado picuinhas.). E continua:

Os pais [do bebé] referem-no com um certo nome. Falam dele aos amigos. Outras pessoas conhecem o bebé. Por meio de vários tipos de conversa, o nome espalha-se de elo em elo, como numa cadeia. Quem está do lado mais afastado desta cadeia, que ouviu falar, digamos, de Richard Feynman, na via pública ou em qualquer outro lugar, pode referir Richard Feynman apesar de não se lembrar de quem ouviu falar pela primeira vez de Feynman ou de quem ouviu falar de Feynman. Sabe que Feynman era um físico famoso. Uma certa passagem de comunicação que acaba por alcançar o próprio homem alcança quem fala. Quem fala refere então Feynman apesar de ser incapaz de o identificar univocamente.

A ideia, então, é que a minha elocução de “Feynman” é o elo mais recente numa cadeia histórico-causal de empréstimos de referência, cujo primeiro elo é o acontecimento em que a criança Feynman recebe esse nome. Eu adquiero o nome de alguém que o adquiriu de outra pessoa..., recuando sempre até chegar à cerimónia de atribuição do nome. Não tenho de estar em qualquer estado cognitivo particular do género de Russell ou Searle. Nem tenho de ter qualquer crença verdadeira interessante sobre Feynman, ou sobre como adquiero o nome. Tudo o que se exige é que uma cadeia de comunicação se tenha de facto estabelecido em virtude de eu pertencer a uma comunidade discursiva que passou o nome de pessoa para pessoa, cadeia que remonta ao próprio Feynman.

É claro que quando alguém aprende um nome pela primeira vez de um predecessor na cadeia histórica, isso só pode ocorrer porque o novato e o predecessor partilham uma base psicologicamente saliente de descrições identificadoras. Mas, como antes, não há razão para pressupor que essa base particular de descrições fixa o sentido do nome. Só precisa de fixar a referência. Desde que o novato tenha uma fixação identificadora no referente do predecessor, pode depois usar o nome para referir essa pessoa.

À primeira vista, esta perspectiva histórico-causal faz as previsões correctas no caso de exemplos como o Tomás de Donnellan. Em cada caso, a referência é bem-sucedida

porque quem fala está causalmente conectado ao referente de um modo historicamente apropriado.

Kripke (1972): 66-7) oferece mais um caso: o da personagem bíblica Jonas. É semelhante ao exemplo de “Nixon” (objecção 3, capítulo 3). Kripke assinala que devemos distinguir entre histórias que são apenas lendas e histórias que são, ao invés, relatos substancialmente falsos de pessoas reais. Suponha-se que os historiadores descobriam que de facto nenhum profeta alguma vez foi engolido por um grande peixe, ou fez qualquer uma das outras coisas que a Bíblia atribui a Jonas. Permanece a questão de saber se a personagem de Jonas foi simplesmente inventada desde o início, ou se a história se fundamenta em última análise numa pessoa real. Na verdade, há subcasos: alguém poderia ter inventado e espalhado uma quantidade de histórias falsas sobre Jonas imediatamente depois da sua morte; ou, por Jonas ser um indivíduo impressionante, começaram a circular todo o género de rumores e histórias sobre ele, acabando os rumores por se desencaminhar; ou poderia ter ocorrido uma perda muito gradual de informação correcta e a acreção de falsas atribuições ao longo de séculos. Mas, em qualquer destes casos, parece que hoje a Bíblia afirma coisas falsas sobre a pessoa real, Jonas.<sup>8</sup>

Poderá pensar-se que os nomes *ambíguos* – nomes que mais de uma pessoa tem – levantam um problema à perspectiva histórico-causal. (“John Brown” é ambíguo entre o criado escocês que fez amizade com a Rainha Vitória depois da morte de Alberto, o agricultor frustrado monomaniaco que invadiu a cidade de Harpers Ferry em 1859, e sem dúvida milhares de outros homens do mundo anglófono. Até 1994, até o nome muitíssimo distinto “William Lycan” se aplicava a mais de uma pessoa. Suponho que a vasta maioria de nomes são ambíguos; um nome só não é ambíguo por acidente histórico.) Isto não é problema algum para as teorias descritivistas porque, segundo elas, os nomes ambíguos abreviam simplesmente descrições diferentes. (Se alguma coisa ocorre, é o facto de as teorias descritivistas tornarem os nomes próprios *demasiado abundantemente* ambíguos.) Mas o que acontece se defendermos a RD e negarmos que os nomes tenham sentidos ou conotações descritivas em qualquer sentido, seja ele qual for?

<sup>8</sup> Kripke cita H. L. Ginsberg, *The Five Megilloth and Jonah* (Jewish Publication Society of America, 1969), afirmando que defende seriamente esta perspectiva. Note-se também que o nome de Jonas poderia não ter sido “Jonas”; o som de “j” não existe em hebraico. David Kaplan sustentou uma vez (em 1971, numa palestra) que há pelo menos um exemplo verdadeiro deste tipo que favorece a teoria histórico-causal contra a explicação da referência de Searle: o nome “Robin dos Bosques.” Parece que os historiadores descobriram que existiu realmente uma pessoa que deu origem (causalmente) à lenda do Robin dos Bosques. Sucede, afinal, que esta pessoa não era pobre, não vivia perto da Floresta de Sherwood, não era um fora-da-lei (na verdade, era bastante próximo do xerife de Nottingham), e nem sequer se chamava “Robin dos Bosques.” Na perspectiva histórico-causal isto faz perfeitamente sentido.

Só fiz a última pergunta para ver se você estava a prestar atenção anteriormente. Pois a pergunta ignora inequivocamente a distinção importante entre a semântica dos nomes e a teoria da referência. A teoria histórico-causal da referência tem uma resposta inequívoca à questão da ambiguidade dos nomes: se um nome é ambíguo, é porque foi dado a mais de uma pessoa. O que desambigua um uso particular de um nome desses numa dada ocasião é a base histórico-causal desse uso (que outra coisa haveria de ser?), especialmente o portador particular cuja cerimônia de nomeação deu início à sua etiologia.

Kripke sublinha que só esboçou uma imagem; não tem uma teoria completamente trabalhada. O difícil será ver como se poderá pegar nessa imagem e torná-la uma teoria real que resista a objecções sérias. A única maneira de transformar uma imagem numa teoria é tomá-la demasiado literalmente, tratá-la como se fosse uma teoria e ver como precisa de ser aprimorada. Kripke faz precisamente isso, apesar de deixar o aprimoramento aos outros.

## Problemas para a teoria histórico-causal

A noção capital da perspectiva histórico-causal é a da passagem da referência de uma pessoa para outra. Mas nem toda a transferência serve. Primeiro, temos de excluir o fenómeno da “nomeação posterior.” O meu amigo de infância John Lewis adquiriu um cão pastor, e chamou-lhe “Napoleão,” em nome do imperador; tinha o Napoleão histórico explicitamente em vista e quis dar o seu nome ao cão. “Dar o nome de” é um elo numa cadeia histórico-causal: só porque o imperador se chamava “Napoleão” é que John Lewis deu esse nome ao cão. Mas é o tipo errado de elo. Para o excluir, Kripke exige que “quando o nome “passa de elo para elo,” quem recebe o nome tem [...] ter a intenção, quando o aprende, de o usar com a mesma referência que o homem de quem o ouviu” (1972: 96). É claro que esta restrição não foi acatada por John Lewis, que estava deliberadamente a mudar o referente do imperador para o cão e queria que os seus amigos estivessem perfeitamente cientes disso.

Segundo, Kripke aduz o exemplo do “Pai Natal.” Pode haver uma cadeia causal que faça remontar o nosso uso desse nome a um certo santo histórico, possivelmente uma pessoa real que viveu na Europa de leste há séculos, mas ninguém diria que quando as crianças usam o nome referem inadvertidamente esse santo; referem-se claramente à personagem ficcional natalícia. Mas então o que faz a diferença entre “Pai Natal” e “Jonas”? Por que não dizer que houve um Pai Natal real, mas que a mitologia sobre ele é ostensivamente falsa? Em vez disso, é claro, dizemos que não há qualquer Pai Natal (as minhas desculpas a quem não o sabia). Usamos o nome “Pai Natal” como se abreviasse uma descrição. Um exemplo semelhante seria o de “Drácula.” Sabe-se muito bem que o uso contemporâneo desse nome remonta a um nobre real da Transilvânia chamado “Vlad” (usualmente

chamado “Vlad, o Empalador,” em virtude do tratamento costumeiro dispensado às pessoas que o tinham chateado). Mas é claro que quando hoje dizemos “Drácula” queremos falar do vampiro ficcional criado por Bram Stoker e retratado por Bela Lugosi no famoso filme.

Tendo-se limitado a levantar o problema, Kripke não tenta corrigir a sua perspectiva em função disso, e passa à frente. Provavelmente a característica mais óbvia a notar é que “Pai Natal” e “Drácula,” tal como usamos esses nomes, estão associados a estereótipos muitíssimo poderosos, na verdade, ícones culturais nos EUA. Os seus papéis sociais são tão proeminentes que se ossificaram, transformando-se em descrições ficcionais, de um modo que nem mesmo entre pessoas religiosas ocorre com “Jonas.” De certo modo, as propriedades icónicas de Jonas são paralelas às suas propriedades históricas do Antigo Testamento, mas poderíamos dizer que “Pai Natal” e “Drácula” são puros ícones. E para os norte-americanos médios, o mito ultrapassa em muito a fonte histórica.

Como Kripke afirma, é necessário muito trabalho. Devitt (1981<sup>a</sup>) oferece uma perspectiva razoavelmente desenvolvida que se pode considerar uma teoria e não apenas uma imagem. Contudo, eis algumas objecções que se aplicam a qualquer versão da teoria histórico-causal descrita.

### OBJECÇÃO 1

Foi-nos oferecida a noção de uma cadeia histórico-causal remontando dos nossos usos actuais do nome a uma cerimónia na qual um indivíduo efectivo é nomeado. Mas então como pode o teorizador histórico-causal acomodar nomes vazios, nomes que não têm portadores efectivos?

Talvez a melhor aposta seja neste caso tirar partido do facto de que mesmo os nomes vazios são introduzidos na comunidade linguística em momentos particulares, seja por meio de ficção deliberada seja por meio de um erro qualquer. Partindo de tal introdução, como Devitt (1981<sup>a</sup>) e Donnellan (1974) assinalam, as cadeias histórico-causais começam a espalhar-se na direcção do futuro tal como se o nome tivesse sido atribuído a um indivíduo efectivo. Assim, tanto a referência como a “referência” de inexistentes se dá por uma cadeia histórico-causal, mas o primeiro elo da cadeia é o próprio acontecimento de atribuição do nome e não quaisquer hipotéticas façanhas do portador inexistente.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Esta jogada seria também uma ajuda com respeito a dois problemas similares: os nomes de indivíduos futuros (“Tentemos ter um bebé, e se formos bem-sucedidos o seu nome será “Quim””); e os nomes de objectos abstractos, como números individuais, que não têm poderes causais.

Dado que a cadeia histórico-causal relevante tem origem num acontecimento de atribuição de nome, o leitor deve perguntar-se por que razão não é esse acontecimento em si o referente propriamente dito do nome. (Assim, “Pégaso só demorou trinta segundos e deu pouco trabalho ao

## OBJECÇÃO 2

Evans (1973) assinala que os nomes podem mudar a sua referência sem o nosso conhecimento, em virtude de acasos ou erros, mas a teoria histórico-causal, tal como a apresentamos até agora, não pode permitir tal coisa. Segundo Evans,<sup>10</sup> “Madagáscar” era o nome original de uma porção do continente africano, e não de uma imensa ilha do mesmo continente; a mudança deveu-se em última análise a uma incompreensão de Marco Pólo Ou:

Nascem dois bebês, e as suas mães atribuem-lhes nomes. Uma enfermeira troca-os inadvertidamente e nunca se descobre o erro. Será daqui para a frente inegavelmente verdade que o homem universalmente conhecido por “Zé” tem esse nome porque uma mulher o deu a outro bebê.

(Evans 1973: 196)

Não queremos ser forçados a dizer que o nosso uso de “Madagáscar” ainda designa parte do continente, ou que “Zé” continua a referir o outro bebê e não o homem a quem toda a gente chama “Zé.”

Em resposta, Devitt (1981<sup>a</sup>: 150) sugere que se aposte na *fundação múltipla*. Uma cerimónia de atribuição de um nome, afirma, é apenas um tipo de ocasião que pode fundar uma cadeia histórica apropriada; outros encontros perceptivos podem também servir. Em vez de haver apenas uma só cadeia causal linear que remonta das nossas elocuições à cerimónia de atribuição do nome, tem uma estrutura mangal: a elocução parte também de outras cadeias históricas que se fundam em estádios posteriores do próprio portador. Quando uma grande preponderância do nosso uso de “Madagáscar” tem das suas fundações na ilha e não no continente, esse uso passa a designar a ilha; quando o nosso uso de “Zé” se fundamente fortemente nos encontros perceptivos de muita gente com o homem que tem esse nome, estas fundações terão ascendência sobre a cadeia que começou com a cerimónia de atribuição do nome. Isto é vago, é claro, talvez inaceitavelmente vago.

autor” poderia ser uma frase verdadeira sobre um item efectivo, e não uma frase ficcional de todo em todo.) Poder-se-ia perfeitamente estipular que os acontecimentos de atribuição de nomes não são referentes a menos que eles próprios sejam objectos de outros acontecimentos de atribuição de nomes; alternativamente, veja-se a resposta à objecção 4, a seguir.

<sup>10</sup> Evans cita o livro de 1898 de Isaac Taylor, *Names and Their History: A Handbook of Historical Geography and Topographical Nomenclature* (Detroit, MI: Gale Research Co., 1969).

### OBJECÇÃO 3

Podemos identificar mal o objecto de uma cerimónia de atribuição de um nome. Suponha-se que procuro um novo gato de estimação no Abrigo dos Animais. Visitei o Abrigo várias vezes e reparei numa gatinha cinzenta; decido adoptá-la. Na minha visita seguinte, preparo-me para lhe dar um nome. O assistente trás uma gatinha semelhante à anterior e eu penso que é a mesmíssima que tenciono adoptar. Digo: “Cá estamos de novo, latinha! O teu nome agora passa a ser “Liz,” em homenagem à compositora Elizabeth Poston, e nós vemo-nos outra vez depois de teres sido vacinada” (diplomaticamente, não menciono a obrigatória esterilização). O assistente leva de novo a gata. Contudo, sem o meu conhecimento, era a gata errada, e não a que eu tinha em vista. O assistente deu-se conta do erro e, sem me dizer, vai buscar a gata correcta, e dá-lhe as vacinas (e o resto). Eu pego nela e levo-a para casa, chamando-lhe naturalmente “Liz” daí em diante.

O problema, é claro, é que nenhuma cerimónia deu esse nome à minha gata. A impostora recebeu esse nome, ainda que eu não tivesse qualquer direito de lhe atribuir um nome. Contudo, certamente que a minha própria gata é a portadora de “Liz,” não apenas depois de múltiplas fundações subsequentes terem sido estabelecidas, mas mesmo depois da cerimónia de atribuição do nome que eu executei. (Seria diferente se eu tivesse levado a impostora para casa e *lhe* tivesse continuado a chamar “Liz.”) A estratégia de fundação múltipla não parece ajudar-nos neste caso. Ao invés, o que conta é que gata eu *tinha em mente* e que gata pensava eu estar a atribuir um nome naquela cerimónia. (Devitt (1981<sup>a</sup>: secção 5.1) fala de “competências para designar,” vendo-as como estados mentais de um certo tipo sofisticado.) Nesse caso, corrigir a teoria histórico-causal neste aspecto exigirá uma incursão significativa na filosofia da mente.

### OBJECÇÃO 4

As pessoas podem ter crenças *categoricamente* erradas sobre os referentes. Evans cita *Arthur of Britain*, de E. K. Chambers,<sup>11</sup> que afirma que o Rei Artur teve um filho chamado Anir “que a lenda confundiu talvez com o lugar onde foi sepultado.” Uma pessoa vítima desta confusão poderia dizer “Anir deve ser um lugar verde e adorável”; a teoria histórico-causal consideraria que essa frase afirma que um ser humano (o filho de Artur) era um lugar verde e adorável. Menos dramaticamente, pode-se confundir uma pessoa com uma instituição e vice-versa. (Um antigo colega costumava usar o nome de Emerson Hall — o edifício que alberga do departamento de filosofia de Harvard — para referir o departamento, dizendo coisas como “Emerson Hall não vai gostar disto.” Um interlocutor casual poderia facilmente ficar com a ideia de que “Emerson Hall” é um nome de uma pessoa.)

<sup>11</sup> Londres: Sidgwick & Jackson, 1927.

Ou uma pessoa pode confundir uma sombra com um ser humano vivo e dar-lhe um nome. Em nenhum destes casos é plausível dizer que os usos subsequentes do nome em questão referem realmente o item categoricamente errado.

Devitt e Sterelny (1987) chamam a isto o “problema *qua*.” Concedem que quem celebra uma cerimónia de atribuição de um nome, ou outra pessoa responsável por qualquer das fundações do nome, tem de não estar categoricamente enganado e tem realmente de visar referir algo que pertença à categoria apropriada. Esta é uma concessão mínima ao descritivismo.

Há mais objecções (algumas de Evans). A posição maioritária é aparentemente que Kripke reagiu no início excessivamente à imagem descritivista. Tinha razão em insistir que algum tipo de cadeias histórico-causais é necessário para referir e que as descrições não fazem nem de perto o trabalho que Russell ou mesmo Searle pensavam que faziam; mas (como os críticos sustentam, incluindo Kripke) mesmo assim também existem condições descritivas. O truque é ir de novo na direcção do descritivismo sem ir tão longe quanto a doutrina descritivista fraca de Searle. Mas isso não deixa muito espaço de manobra. Uma linha promissora veio a chamar-se “descritivismo causal” (Kroon 1987): a ideia é aceitar que a proposta histórico-causal acerta nos casos, mas transformá-la numa condição descritiva. Kroon defende esta ideia, fundamentalmente, alargando a objecção da “nomeação posterior.”

## Termos para categorias naturais e a “Terra Gémea”

Kripke (1972) e Hilary Putnam (1975<sup>a</sup>) alargaram depois tanto a teoria semântica da designação rígida como a teoria histórico-causal da referência, passando dos termos singulares para alguns predicados ou termos gerais, sobretudo *termos para categorias naturais*, substantivos comuns do género que referem substâncias naturais ou organismos, como “ouro,” “água,” “molibdénio,” “tigre” e “oricterope.” Tais expressões não são termos singulares, dado não pretenderem aplicar-se apenas a uma coisa. Mas Kripke e Putnam argumentaram que são mais parecidos a nomes do que a adjetivos. Semanticamente, são rígidos; cada um refere a mesma categoria natural em todos os mundos nos quais tal categoria se inclui. E uma dada versão da teoria histórico-causal caracteriza o seu uso referencial.

Esta perspectiva opõe-se frontalmente a uma teoria descritivista dos termos para categorias naturais há muito sustentada, que associava cada termo desses a um estereótipo descritivo. Por exemplo, “água” seria analisado de modo que o seu significado seria algo como “um líquido transparente, sem cheiro nem sabor que cai do céu como chuva e constitui os lagos e ribeiros,” e o significado de “tigre” seria algo como “um felino da selva feroz e carnívoro, amarelado e com listas pretas peculiares.” Kripke e Putnam usaram argumentos modais contra tais análises, semelhantes à objecção 3 do capítulo anterior e ao argumento da rigidez que deu início a este capítulo. Por exemplo, poderia haver água

mesmo que nunca tivesse havido chuva, lagos ou rios, e noutras circunstâncias a água poderia ter cheiro ou sabor. Os tigres poderiam ter nascido doces, e poderíamos até descobrir que nenhum tigre alguma vez teve de facto listas (uma conspiração ao estilo do País das Maravilhas poderia mandado pintar todas as listas).

O que faz então algo ser um tigre, ou uma amostra de água, se não for o estereótipo de senso comum? Kripke e Putnam chamaram a atenção para a natureza científica das categorias naturais. O que faz da água água é a sua composição química,  $H_2O$ ; o que faz dos tigres tigres é o seu código genético distinto. Em todos os mundos possíveis, a água é  $H_2O$ , mas em alguns mundos o  $H_2O$  tem cheiro, ou sabor.

Poder-se-á objectar que a composição química da água e as características genéticas dos tigres são descobertas empíricas muitíssimo substanciais; de modo que era certamente possível que a água não fosse  $H_2O$ , de modo que há mundos nos quais a água não é  $H_2O$ . Mas Kripke e Putnam responderam que a alegada “possibilidade” é aqui apenas uma questão de ignorância científica, e não uma possibilidade metafísica genuína; quando se descobre a essência científica de uma categoria natural descobre-se a verdadeira natureza metafísica dessa categoria, e a categoria tem essa natureza em todos os mundos possíveis nos quais se manifesta. O que muda de mundo para mundo são os elementos do estereótipo de senso comum.

Se esta perspectiva estiver correcta,<sup>12</sup> tem uma implicação algo surpreendente sobre a relação entre o significado linguístico e a mente: que o significado, como Putnam escreve, “não ’tá na cabeça.” Putnam imagina que algures noutra galáxia há um planeta, chamado “Terra Gémea,” que é uma cópia quase exacta da nossa Terra, caminhando em paralelo com a nossa história. Contém um Putnam Gémeo, uma Ponte Gémea de Brooklyn, um Lycan Gémeo e um Você Gémeo, sendo todas estas cópias moleculares das suas contrapartes daqui. Se conseguíssemos observar os dois planetas simultaneamente, seria como ver o mesmo programa de televisão em duas televisões diferentes. (Mas é importante assinalar que a Terra Gémea não é um mundo possível diferente; é apenas outro planeta, no mesmo mundo que a Terra. Apesar de ser exactamente como você, e de estar num contexto planetário quase exactamente semelhante, é claro que o seu gémeo não é você, mas uma pessoa numericamente diferente.)

Afirmo que a Terra Gémea é uma cópia *quase* exacta da Terra. Há uma diferença: o que se parece com a água e se comporta como água na Terra Gémea não é água — ou seja,  $H_2O$  — mas uma substância diferente a que Putnam chama XYZ. XYZ não tem cheiro nem sabor e tem as outras propriedades superficiais da água, mas é apenas “água falsa” (como o “ouro falso”). Claro, os terráqueos gémeos que falam português gémeo chamam “água”

<sup>12</sup> É contestada por Searle (1983), Rosenberg (1994) e Segal (2000).

a XYZ, dado que são exactamente como nós em todos os outros aspectos,<sup>13</sup> mas isso é um equívoco; “água” em português gêmeo significa XYZ e não água, tal como (pelo que me dizem) o termo categorial “chicória” em inglês britânico e americano significam plantas diferentes.

Ora, considere-se um par de gémeos transmúndiais, digamos Gordon Brown e Brown Gémeo. Depois de uma catástrofe natural, Brown sublinha a urgência em fazer chegar comida e água às vítimas. Naturalmente, ao mesmo tempo, Gordon Gémeo sublinha a urgência em fazer chegar comida e “água” às vítimas. Mas as frases que proferem, idênticas palavra a palavra, têm significados diferentes. A frase de Brown significa que é necessário fornecer comida e H<sub>2</sub>O às vítimas, ao passo que a de Gordon Gémeo significa que é necessário fornecer comida e XYZ às vítimas.

Contudo, Brown e Brown Gémeo são cópias físicas. Dados os pressupostos de fundo de Putnam, isto mostra que os significados das elocuições de Brown e de Brown Gémeo não são determinadas pelos estados totais dos seus cérebros, nem sequer pelos estados totais dos seus corpos. Pois os seus estados cerebrais e somáticos são idênticos, diferindo no entanto os significados das suas elocuições.

Talvez isto não seja uma grande surpresa. Afinal, a linguagem é uma propriedade pública; qualquer linguagem é usada por uma comunidade, para permitir a comunicação entre pessoas diferentes, e não para a mera articulação dos pensamentos privados de alguém. Mas de facto (uma vez mais, dados os pressupostos de fundo), o exemplo de Putnam mostra mais do que isso: mostra que os significados linguísticos das frases não são determinados nem mesmo pela *totalidade* dos estados cerebrais e somáticos de quem fala, na verdade nem sequer pelo padrão de uso de toda a comunidade. Pois as pessoas que falam português e português gêmeo são todas exactamente idênticas na sua composição física e no uso público de palavras que soam exactamente da mesma maneira; contudo, as frases das suas linguagens idênticas significam coisas diferentes.<sup>14</sup> Voltaremos a este aspecto no capítulo 6.

<sup>13</sup> O leitor atento ter-se-á dado conta de uma infelicidade no exemplo de Putnam: dado que o corpo humano é constituído numa enormíssima proporção por água, os terráqueos gémeos dificilmente podem ser cópias moleculares de nós. Ignore-se isto ou, se realmente o incomodar, mude o exemplo para uma categoria natural que não esteja representada no corpo humano.

<sup>14</sup> Burge (1979) argumenta com base num exemplo do estilo da Terra Gémea que o significado de um termo linguístico que alguém usa depende em parte do uso da comunidade que o rodeia, não sendo por isso determinado pelos conteúdos da sua cabeça. Isto seria menos surpreendente do que o ponto principal de Putnam, apesar de servir para sustentar a sua tese de que o significado “não tá na cabeça.” (A verdadeira preocupação de Burge no artigo é a mente e não a linguagem: quer mostrar que nem mesmo os *conteúdos doxásticos* estão na cabeça.)

É agora tempo nos expandirmos e enfrentar a toda a questão do significado e das teorias do significado.

## Sumário

- Kripke argumentou que os nomes próprios funcionam como designadores rígidos, que um nome denota o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis nos quais esse indivíduo existe.
- Adoptando uma linha mais ambiciosa, os teorizadores da RD defendem a perspectiva milliana de que a única contribuição de um nome para o significado de uma frase na qual ocorre é introduzir o seu portador no discurso.
- Mas os nossos quatro quebra-cabeças sobre a referência surgem ainda, como antes, com igual insistência, e parecem tornar a RD indefensável. Ficamos como que num paradoxo.
- Passando à teoria da referência, Kripke oferece a sua imagem histórico-causal em substituição das teorias descritivistas. Michael Devitt e outros aperfeiçoaram e ramificaram a perspectiva histórico-causal em resposta às objecções iniciais.
- Kripke e Putnam alargaram a teoria histórico-causal para abranger termos para categorias naturais.
- Se a teoria histórico-causal estiver correcta, então os exemplos da “Terra Gémea” de Putnam parecem mostrar que os significados das palavras de uma comunidade discursiva não são inteiramente determinados pelos conteúdos das cabeças dos interlocutores; o mundo exterior dá também uma contribuição.

## Questões

1. Alguns filósofos sentem-se desconfortáveis com a noção de Kripke de um “designador rígido” e com a sua distinção auxiliar de “fixar o sentido.” Se se sente também desconfortável com a “rigidez,” pode articular o problema?
2. Os nomes ficcionais são especialmente problemáticos para a tese da rigidez de Kripke? Como poderia ele tratar os nomes ficcionais?
3. Depois de Kripke rejeitar a tese dos nomes, como poderá ele enfrentar um ou mais dos quatro quebra-cabeças?
4. Poderá você ajudar a RD a enfrentar um ou mais dos quebra-cabeças (uma tarefa mais difícil)?
5. Pode você responder mais completamente em nome da teoria histórico-causal às objecções 1-4?
6. Faça as suas próprias críticas à imagem histórico-causal?
7. Ajuíze a perspectiva de Kripke-Putnam segundo a qual os termos para categorias naturais designam rigidamente categorias cientificamente caracterizadas.
8. Os exemplos de Putnam da “Terra Gémea” persuadiram-no de que os significados “não ’tão na cabeça”?

## Leitura complementar

- Mais artigos representativos da referência directa encontram-se em Almog, Perry e Wettstein (1989); Devitt (1989) oferece um exame e crítica. Veja-se também Recanati (1993).
- Kvart (1993) elabora também uma versão da teoria histórico-causal da referência.
- Evans (1973) oferece mais objecções à imagem de Kripke, e uma revisão interessante. Evans (1982) faz concessões a Kripke mas insiste que a ideia de uma “prática (social) de uso de nomes” tem de ser introduzida como elemento complementar. McKinsey (1976, 1978) recuou até ao *ancien regime*. Mais objecções são feitas por Erwin, Kleiman e Zemach (1976) e Linsky (1977).
- Salmon (1981) passa em revista perspectivas semânticas sobre termos categoriais. Schwartz (1977) contém artigos relevantes. Críticas na linha das de Kripke-Putnam são oferecidas por Fine (1975), Dupré (1981), Unger (1983) e outros. Boër (1985) responde a algumas dessas críticas.
- O impacto dos exemplos da “Terra Gémea” na teoria do significado em geral são explorados por Harman (1982) e Lycan (1984: cap. 10).